



Em 1985, o presidente Sarney anunciava seu plano de governo em reunião de todos os ministros

# Discretamente a Nova República faz dois anos

## Marcondes Sampaio

Sob grande discrição — reveladora dos abalos sofridos na sua imagem — o governo Sarney e a "Nova República" completam hoje seu segundo aniversário. Iniciando de forma traumática, devido à doença que vitimou Tancredo Neves, o atual governo tem-se caracterizado por certos avanços políticos — alguns discutíveis — e por recuos, bem como por um quadro de graves dificuldades econômicas e na negociação da dívida externa. São problemas que constituem a pesada herança recebida do período militar mas que foram agravados a partir do segundo semestre do ano passado, quando o Plano Cruzado começou a sofrer grandes abalos à falta de correções. Correções que não foram feitas a tempo porque implicavam medidas impopulares que o governo não se dispôs a assumir, porque o país vivia um período eleitoral.

Nos seus primeiros meses, o Plano Cruzado I, de 28 de fevereiro de 86, constituiu a grande bandeira do governo Sarney, saudada pelos mais otimistas, até como uma "revolução social". Pôs fim — ou interrompeu — um processo que beirava a hiperinflação; fez diminuir substancialmente os níveis de desemprego; incorporou milhões de brasileiros ao mercado de consumo e levou a classe média a uma euforia consumista quase sem precedentes.

Com as falhas cometidas pelo governo na sustentação do Plano, o país volta a conviver com os

fantasmas da inflação, desemprego e da recessão. A classe média caiu na real, assustada com os juros altos, com os preços que dispararam e com a voracidade do "leão" manifestadas através do Imposto de Renda. Tudo isso agravado pela situação de moratória técnica a que o país foi levado, como decorrência da drástica queda nas reservas cambiais e das dificuldades de negociação de novos empréstimos no exterior, desde que o país se afastou do FMI.

### Desordem

No plano interno, segundo o Economista Paulo Timm, as finanças nacionais "estão mais desorganizadas do que no fim da era delphiniana". O montante de juros transferidos ao setor produtivo e repassados aos trabalhadores a partir de novembro — observa o economista — "saltou para a assombrosa cifra de cinco bilhões de dólares mensais e o custo da dívida mobiliária pública interna em fevereiro — custo nominal — não foi inferior a três bilhões de dólares". Isso, ainda de acordo com o economista, "ameaça se transformar em bomba de curto prazo, caso o governo não se sente à mesa de negociações com a sociedade civil".

### Reformas

A reforma agrária, observa o deputado pedetista Amaury Muller, continua sendo uma simples figura de retórica, e a agricultura brasileira vive hoje, provavelmente, a mais grave crise da sua história. A prometida reforma tributária não saiu do

papel.

No plano institucional, as lideranças governistas apontam avanços, como o crescimento da mobilização da sociedade, a legalização dos Partidos Comunistas e a emenda que restabeleceu as eleições diretas para a Presidência da República trouxe o princípio, mas não fixou a data do pleito, embora o compromisso da Aliança Democrática fosse o de "restabelecimento imediato das eleições diretas livres e com sufrágio universal". Agora, a discussão em torno da duração do mandato do presidente Sarney ganha corpo, sendo mais provável a realização do pleito para a sua sucessão em 1989.

### Greves

Ainda no terreno institucional, vale o registro das intervenções das Forças Armadas nas greves — prática que não foi notada nos governos militares e que agora é defendida pelo PMDB e pelo PFL. Assiste-se igualmente ao funcionamento de uma Constituinte marcada por limitações que decorrem não só das pressões do Executivo, mas também de um pecado original: Ela foi convocada na forma congressual — não exclusiva, portanto — ainda sob a vigência de leis de exceção remanescentes dos governos militares, como as de segurança nacional, de greve e de imprensa, instrumentos que foram preservados apesar dos compromissos em contrário assumidos pela "Aliança Democrática".

## Os compromissos da Aliança

Os compromissos básicos do governo Sarney são os mesmos que constam do documento de constituição da "Aliança Democrática", assinado em agosto de 1984 pelos dirigentes do PMDB, PFL e por Tancredo Neves. Abaixo, alguns dos itens, para o leitor avaliar o que foi ou não cumprido pelo primeiro governo da "Nova República":

— Prioridade ao Nordeste e reconhecimento de sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a região;

— Adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego;

— Desconcentração do poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização;

— Apoio à livre iniciativa. Fortalecimento das empresas nacionais. Tratamento favorecido às pequenas e médias empresas;

— Revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores. Garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve;

— Educação fundamental para todos;

— Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um plano nacional de cultura;

— Direcionamento de recursos e estímulos para o aumento substancial da oferta dos bens e serviços indispensáveis à satisfação das carências básicas da

população no campo da alimentação, saúde, educação e habitação;

— Proteção do meio ambiente.

— Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para presidente da República, prefeitos das

## Maciel é líder nas audiências

Nestes dois anos de governo, o presidente José Sarney concedeu 14.246 audiências, no Palácio do Planalto, de acordo com o levantamento preparado pela secretaria de Imprensa, apontando também 84 viagens aos estados e 11 ao exterior, num total de 351 horas e 35 minutos.

O maior número de despachos com o presidente ficou com os ministros Marco Maciel (Gabinete Civil, com 779), Ivan Mendes (SNI, com 722) e Bayma Denys (Gabinete Militar, com 691). Seguidos de Dilson Funaro, com 298, e João Sayad, com 241 despachos. O Estado mais visitado pelo presidente foi São Paulo, com 17 viagens, seguido do Rio, com 15. Depois vem o Maranhão, com 8, Minas Gerais e Pará, com seis cada um, e Paraná, com cinco. As viagens internacionais foram à Argentina (duas), Cabo Verde, Estados Unidos (duas), Itália, México, Portugal, Uruguai e Venezuela (duas).

capitais dos estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e dos declarados de interesse da Segurança Nacional. Representação política de Brasília;

— Convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração da nova Constituição;

— Restabelecimento da independência e prerrogativas do Legislativo e do Judiciário;

— Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos estados e municípios;

— Reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão;

— Retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira;

— Reprogramação global da dívida externa em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional;

— Combate à inflação. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro;

— Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica.

Mais sobre o balanço da Nova República na página 3